

**SÃO CAETANO****César Oliva consegue aval a projeto depois de aderir ao governo**

César Oliva (PSD) aprovou lei que veta contratação de condenados via Maria da Penha pelo Paço de São Caetano. É o mesmo texto rejeitado quando era de oposição. **Política 4**

# Agora na sustentação, César Oliva aprova projeto antes rejeitado

Considerado inconstitucional em 2021, proposta que proíbe contratação de condenados na Lei Maria da Penha recebeu aval do Legislativo na terça

WILSON GUARDIA  
wilsonguardia@dgabc.com.br

O Projeto de Lei de autoria do vereador César Oliva (PSD) que proíbe a contratação pelo Poder Público Municipal de pessoas condenadas na Lei Maria da Penha acaba de ser aprovado pela Câmara de São Caetano. A medida veda que réu por crimes contra a mulher, abuso ou exploração sexual de crianças, adolescentes e vulneráveis possam atuar na administração direta ou indireta.

Acontece que essa proposta foi apresentada por Oliva em 2021, quando o parlamentar integrava a bancada de oposição ao governo de José Auricchio (PSDB). Na época, a proposição foi rejeitada com pa-



PASSOU. César Oliva conseguiu aprovar projeto que havia sido rejeitado

recer de inconstitucionalidade, sob a justificativa de "vício material ligado à ingerência do legislador em assunto inserido na compe-

tência privativa do chefe do Poder Executivo".

A rejeição causou debates na sociedade civil. Meses antes, os vereadores governis-

tas aplaudiram a promulgação, pelo governador João Doria (na época PSDB), do Código Paulista de Defesa da Mulher, de autoria do deputado estadual Thiago Auricchio (PL), filho do prefeito são-caetanense.

Agora, como Oliva migrou para a base de sustentação do governo, a pauta curiosamente acaba de ser aprovada. O comportamento da Casa começou a mudar no início de abril, quando os vereadores derrubaram o parecer de inconstitucionalidade e inseriram o projeto no cronograma de votação em plenário. "Depois de muito diálogo conseguimos derrubar o parecer de inconstitucionalidade. Um tapa na cara daqueles que ainda insistem em agredir mulheres ou assediar crianças, aqui não", afirmou Oliva.

Na sessão da última terça-feira (30), a proposta acabou aprovada em primeira discussão, por unanimidade. Até o autor da proposta achou estranho. "Em resumo, no início do mandato eu tive esse mesmo projeto rejeitado em plenário. Propus novamente, há duas sessões, e teve o parecer de inconstitucionalidade derrubado voltando para votação e foi aprovado", comentou Oliva.

A segunda discussão do projeto está marcada para acontecer na sessão da próxima terça-feira (7).

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Política/Regional/Nacional **Página:** Capa + página 4